

## SEPARAÇÃO JUDICIAL NÃO CONSENSUAL

### AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosa e à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE DIVÓRCIO JUDICIAL em face de ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS 1. DO CASAMENTO O requerente é casado com a requerida, pelo regime da comunhão parcial de bens, desde .... de .... de ....., sem pacto antenupcial ( doc. 02). Desta união adveio o nascimento de 02 (dois) filhos, a saber: a. ..., nascido em .... de .. de ....., conforme certidão de nascimento, registrado no livro..., às fls. ... (doc. 03). b. ..., nascida em .... de dezembro de ....., conforme certidão de nascimento, registrado no livro ....., n.º ....., às fls. .... (doc. 04) . 2. DOS BENS O acervo de bens do casal é assim constituído: a) O requerente, em data de ....., portanto, anterior ao casamento, adquiriu um imóvel da....., através de CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA, o lote ..... da quadra "..... " do loteamento de número ....., com as seguintes características: Um terreno desmembrado de área maior, medindo 7,03 metros em linha curva de frente para a Av. ...., por ..... metros do lado direito, e ..... metros do lado esquerdo e nos fundos mede 7,00 metros, encerrando uma área de 201,790 metros quadrados, confrontando pelo lado direito com o lote 07, pelo lado esquerdo com o lote 09 e pelos fundos com o lote 22, distante 96,58 metros da rua Almirante Barros, lado esquerdo de quem desta se dirige para o imóvel, conforme xerox de documentos anexos (doc. 05). b) em data de ..... de ..... de ....., na constância do casamento, o requerente adquiriu em sociedade com seu irmão ....., uma unidade autônoma de apartamento, no..... localizado na ....., n.º ....., nesta Comarca, conforme MATRICULA Nº ..... do.....º Cartório de Registro de Imóveis de ....., datada de ....., conforme anexos (doc. 06) 3. DA SEPARAÇÃO DE FATO O casal encontra-se separado de fato há mais de ..... anos, conforme restará provado por testemunhas, e desde já junta aos autos Ação de Alimentos que a requerida moveu em face do requerente, que tramitou perante a .....º Vara Cível da Comarca de ....., Processo de nº ....., datada de .... de ..... de ....., na qual foi homologada proposta de acordo em que o requerente pagaria, como de fato vem pagando, a importância de 02 salários mínimos a título de pensão alimentícia a seus 02 filhos. Portanto, em tendo transcorrido mais de 02 (dois) anos da separação de fato do casal e objetivando legalizar sua situação jurídica, pretende o requerente desfazer o vínculo matrimonial que ainda mantém com a requerida, conforme lhe faculta o artigo 226 da Constituição Federal e artigo 40 da Lei 6.515/77. 4. DO NOME DA REQUERIDA Que a requerida voltará a usar o nome de solteira, ou seja, ..... 5. DA PARTILHA DOS BENS O autor propõe a partilha dos bens, conforme segue: a) o bem imóvel descrito na letra "a" (adquirido antes da constância do casamento), será transferido aos dois filhos do casal, ....., ficando a requerida com direito ao usufruto sobre este imóvel, conforme previsão do Código Civil, extinguindo-se o usufruto pela morte da usufrutuária. b) o bem imóvel descrito no item "b" de propriedade do requerente em meação com o seu irmão, permanecerá em seu nome e do seu irmão, cedendo a requerida seu direito de 25% sobre o imóvel para propriedade do requerente. c) A linha telefônica ficará em nome e propriedade do autor. DO DIREITO A presente ação encontra fulcro no § 6º do art. 226 da Constituição

Federal, que prescreve prazo superior a dois anos como requisito para interposição de divórcio direto. DOS PEDIDOS Por todo o exposto se requer: a) A CITAÇÃO da requerida no endereço declinado na exordial, para queren